AUTONOMIA ECONÔMICA, INCLUSÃO PRODUTIVA, TRABALHO E RENDA

MARGARIDAS

POR QUE AS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS MARCHAM POR AUTONOMIA ECONÔMICA, TRABALHO E RENDA?

Porque é preciso visibilizar e valorizar o nosso trabalho, o trabalho das mulheres, tão essencial à sustentação da vida no planeta. Não é justo que as mulheres permaneçam sendo alvo de condições mais precárias de trabalho e remuneração, ao mesmo tempo que sobrecarregadas com o trabalho doméstico e de cuidados, este último pouco reconhecido pela sociedade, mas fundamental a uma vida com maior bem-estar e dignidade.

As mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas são as grandes guardiãs de conhecimentos ancestrais sobre alimentação e saúde. São, em muitas culturas, as responsáveis pela alimentação de toda a família e desempenham um importante papel na preservação da biodiversidade, garantindo a soberania e a segurança alimentar a partir da produção de alimentos saudáveis, sendo esse o tema mobilizador e articulador de suas ações. E, no entanto, elas vivem as piores condições de acesso à terra, à água, ao crédito, à assistência técnica e outros recursos necessários para o fortalecimento da estrutura de produção aos quais estão envolvidas.

Por isso, é preciso romper com a lógica da sociedade capitalista, patriarcal e racista, que privilegia o mercado e o lucro em detrimento às pessoas. É parte da nossa luta, reconstruir a sociedade sob novas bases, coerentes com os princípios feministas antirracistas, de solidariedade, da justa divisão do trabalho e de da auto-organização.

Vamos avançar um pouco mais nessa discussão...

Já parou para pensar sobre as coisas que precisamos para levar uma vida digna? Dentre outras coisas, precisamos de alimentação saudável, moradia organizada, roupas limpas, ter acesso aos serviços de saúde, transporte, saneamento, educação e por aí vai. Mas isso não brota num passe de mágica, não é mesmo!? Muita gente está por traz do trabalho de produzir e preparar os alimentos, lavar as roupas e organizar a casa, cuidar de quem está doente, seja em casa ou nos equipamentos de saúde. Então, tudo isso é feito através do trabalho, que está na base da sustentação da vida.

Em linhas gerais, podemos dizer que o trabalho se divide em duas importantes esferas:

1 ESFERA PRODUTIVA

Envolve atividades de produção de mercadorias, bens e serviços que podem ser ofertados ou produzidos nas fábricas, escritórios, estabelecimentos comerciais e roçados, para serem vendidos. Normalmente, ele gera uma renda (ou um salário) que permite adquirir, no mercado (comércio), produtos ou serviços necessários para viver. Todo trabalho realizado nessa esfera é considerado trabalho produtivo.

2 ESFERA REPRODUTIVA

Envolve tudo o que se faz para garantir a (re) produção da vida: desde a gestação até o cuidado para que as pessoas estejam aptas para trabalhar e viver em sociedade. Envolve o trabalho doméstico, ligado a tarefas como preparar a comida, limpar a casa, lavar, passar, etc., mas também o trabalho de cuidados, que exige disponibilidade para prover as necessidades de todos, sejam crianças, idosos, adultos e enfermos, que inclui o cuidado das pessoas com alguma doença, acompanhamento de crianças nas atividades escolares, dentre tantas outras. Todo trabalho realizado nessa esfera é considerado trabalho reprodutivo.

Estes dois tipos de trabalho, embora diferentes, são necessários para vivermos dignamente, pois, juntos atendem nossas necessidades e geram bem-estar. Mas, a sociedade capitalista, patriarcal e racista organiza o trabalho de forma desigual. Quando consideramos as desigualdades de gênero, podemos dizer que há dois princípios que organizam a forma de divisão social do trabalho: o princípio da separação, que afirma que existem trabalhos de homens (trabalho produtivo) e trabalhos de mulheres (trabalho reprodutivo); e o princípio da hierarquização, a partir do qual o trabalho dos homens tem "mais valor" do que o trabalho das mulheres.

Nós, mulheres, dedicamos nosso tempo e força de trabalho tanto ao trabalho produtivo quanto ao reprodutivo, entretanto, somos as mais expostas ao desemprego, a remunerações mais baixas e condições de trabalho mais precarizadas, ao mesmo tempo em que acumulamos quase todo o volume de trabalho doméstico e de cuidados, o que faz com que a nossa jornada de trabalho seja maior que a dos homens.

As mulheres vivem os efeitos das desigualdades de gênero, combinadas às desigualdades étnico-raciais e de classe, no mundo do trabalho. Segundo o Relatório Global sobre as Lacunas de Gênero (Global Gender Gap Report), quando o tema é igualdade salarial por traballhos similares, entre homens e mulheres, o Brasil ocupa a 117ª posição, num ranking que reuniu 146 países (FEM, 2022). As desigualdades de renda são ainda piores no caso de mulheres negras, como registram os dados do IBGE (2019) a remuneração pelo trabalho recebida pelas mulheres negras é 57% menor do que a de homens brancos, 42% menor do que a de mulheres brancas, além de representar 14% a menos do que homens negros recebem.

As medidas iniciadas pelo Governo Temer e intensificadas por Bolsonaro, combinadas ao cenário de maior instabilidade gerado pela pandemia, pioraram as condições de acesso ao mercado de trabalho, especialmente para as mulheres. A (Contra)Reforma Trabalhista" sancionada pelo Governo Temer, em 2017, abriu

espaço para a precarização dos direitos das(os) trabalhadoras(es) colocando-as(os) em situação de fragilidade perante o empregador e perante o mercado de trabalho. A política de (des)valorização do salário mínimo é outro elemento central nesse debate. Durante os quatro anos de Governo Bolsonaro o aumento real foi de apenas 1,2%. A valorização do salário mínimo é uma ferramenta poderosa para aumentar a renda das mulheres, em especial, das negras, porque elas são a maioria entre as pessoas que ganham até dois salários mínimos. O seu aumento também é responsável por movimentar a economia positivamente, afinal, mais de 60 milhões de pessoas que vivem no Brasil têm sua renda referenciada no salário mínimo, segundo informa o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2023). Sobre o Governo Lula recai o desafio de gerar condições efetivas de retomada da política de valorização do salário mínimo. Para 2023 a equipe de transição conseguiu a aprovação da Lei do Orçamento prevendo um salário mínimo de R$ 1.320,00 o que significa um aumento real de 3%. Ainda é pouco, mas sinaliza uma nova orientação.

O desemprego se fez sentir nos primeiros anos da pandemia. Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o primeiro ano da pandemia registrou aumento do desemprego para ambos os sexos, entretanto, entre as mulheres este percentual foi maior, alcançando 16,3%, enquanto entre os homens foi de 11,8%. Em 2021, a taxa média anual de desemprego caiu de 16,3%, no ano anterior, para 13,2%. Essa leve recuperação do mercado de trabalho beneficiou os tralhadores do sexo masculino, que registraram o percentual de 10,7%, sendo entre as mulheres de 16,5% (Feijó, 2022).

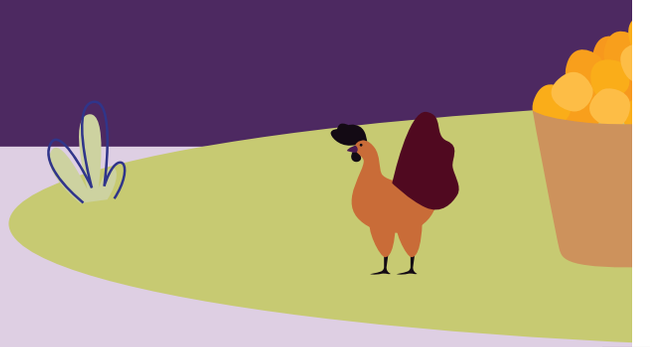
E entre as mulheres do campo, da floresta e das águas, como se expressam as desigualdades relacionadas ao trabalho?

Podemos falar das violências e violações vividas pelas mulheres do campo, da floresta e das águas num país de alta concentração de terra, água, biodiversidade, bens comuns, renda e riquezas, sendo elas as que: encontram maiores dificuldades de aceder à terra; enfrentam longas distâncias para buscar água; assistem a família diante das situações de migração por trabalho de parte dos membros e desterritorialização devido à implantação de grandes projetos; penam pela alta informalidade presente no assalariamento rural; sofrem com menos oportunidades de acesso às políticas agrícolas, especialmente, de acesso ao crédito, por toda desvalorização do trabalho produtivo e reprodutivo que desempenham.

Podemos falar ainda de um conjunto de outras questões relacionadas à divisão sexual do trabalho nos roçados, quintais e dentro de casa.

Mesmo na agricultura familiar e camponesa e entre povos e comunidades tradicionais, onde em tese é mais difícil separar o que se produz para vender no mercado ou para o consumo da família, há uma separação entre a roça e o quintal ou entre a casa e o roçado.

A divisão sexual do trabalho faz com que as atividades das mulheres sejam vistas como



parte do seu papel de mãe, vinculadas ao trabalho doméstico e de cuidados, que inclui a produção no quintal, da horta, do pomar e de pequenos animais. Enquanto o trabalho na lavoura/roçado, esse sim, é tido como produtivo. O que se produz aí, vai para o mercado, é comercializado, é pago. A roça é o lugar prioritário de trabalho dos homens. É ele quem recebe por esse trabalho e, portanto, é ele quem toma as decisões. Quando realizado pelas mulheres, esse trabalho é considerado apenas uma "ajuda", mesmo que elas cheguem à lavoura e saiam junto com seus maridos. É, portanto, um trabalho não reconhecido e invisibilizado.

Nós, mulheres, retiramos dos nossos quintais quase toda a alimentação da família. Provemos trocas entre a vizinhança, como por exemplo, hortaliças por ovos, além de presentear parentes e amigas(os) com produtos colhidos das hortas ou quintais. Também cultivamos plantas medicinais que substituem medicamentos. Essas atividades corriqueiras tem um significado econômico que nem sempre é levado em conta. Aquilo que é produzido nos quintais vai para o autoconsumo, prioritariamente, e o que sobra é comercializado. Mesmo gerando alguma renda, o fato desse trabalho ser considerado extensão do trabalho doméstico, faz com que ele não seja considerado produtivo, nem valorizado, inclusive do ponto de vista social ou econômico/monetário. Por isso, mesmo sendo responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas e reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida da família e da sociedade, dados do Censo 2010 mostravam que cerca de 34,1% das mulheres residentes em áreas rurais não possuíam rendimento monetário (IBGE, 2014).

No caso do assalariamento rural, ainda existe resistência quanto à contratação de mulheres em algumas cadeias produtivas, à exemplo do setor sucroalcooleiro (cana-de-açúcar), mesmo existindo cláusulas conquistadas nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCTs. Prova disso, é que segundo a PNAD 2021 dos 3,6 milhões postos de empregos rurais, somente 441 mil são ocupados por mulheres e se concentram na região sudeste (44%) e nas atividades de cultivo de café, criação de bovinos e horticultura. Quando contratadas, quase sempre, estão sujeitas a salários menores e a se ajustar a quaisquer serviços que se fizerem necessários. A alta mecanização das lavouras, a expansão das fronteiras agrícolas e as legislações de flexibilização das leis do trabalho, implementadas pelos Governos de Temer e Bolsonaro, têm sido as principais causas da perda de postos de trabalho, contribuindo sobremaneira para o desemprego e a informalidade, principalmente, entre as mulheres. Atualmente, quase metade das assalariadas rurais (49,9%, ou seja, 220 mil) estão em situação de trabalho informal.

É diante desse cenário de desigualdades no mundo do trabalho que nós, mulheres do campo, da floresta e das águas pautamos a garantia de trabalho e renda, com autonomia econômica. Vamos entender mais sobre sobre o que significa isso!!

Autonomia econômica e inclusão produtiva: o que isso quer dizer?

A noção de autonomia econômica e inclusão produtiva vai muito além da independência financeira, da geração de renda e da inserção em alguma atividade remunerada na esfera produtiva. Ela pressupõe a ideia de que as mulheres e o trabalho que desempenham, nas esferas produtiva e reprodutiva, têm valor para a sociedade e para sustentação da vida. Baseia-se nos valores da justiça, liberdade e emancipação.

Quando as mulheres lutam por autonomia econômica e inclusão produtiva elas estão demandando igualdade de condições para prover seu próprio sustento e decidir sobre suas próprias vidas, sendo valorizadas pelo que fazem. O fato de sermos mulheres, negras, indígenas, quilombolas e/ou trabalhadoras rurais não pode restringir ou impedir nossas possibilidades de viver, trabalhar e decidir, pelo contrário, são dimensões de nossa força, identidade e posicionalidade no mundo.

O acesso aos mercados e à renda é parte necessária para que as mulheres tenham autonomia econômica. Mas a autonomia econômica vai além e envolve também o direito garantido aos serviços públicos – como saúde e educação – que no atual contexto de retirada de direitos precisam ser reafirmados.

A autonomia econômica envolve também a capacidade de decidir sobre os tempos e os recursos e de colocar em prática essas decisões. Muitas vezes a resistência dos homens da comunidade é um obstáculo que as mulheres enfrentam para colocar em prática suas decisões. As discussões sobre o que, como produzir, o que fica para o autoconsumo, o que é vendido e para quem é vendido fazem parte dessa construção permanente da autonomia econômica e colocam em prática os princípios da economia feminista.

O que tem a ver economia feminista e autonomia econômica?

Bem, pra começar essa prosa é preciso dizer que a economia feminista questiona a sociedade de mercado e o pensamento econômico dominante que considera relevante apenas às atividades realizadas no mercado, a partir do trabalho remunerado, da compra e venda de produtos e da lógica de obtenção de lucro, de modo que, só tem valor, tudo aquilo que pode ser transformado em mercadoria. Tudo! Os corpos, as pessoas, a natureza, e a vida só tem valor nessa sociedade, se puderem ser transformados em mercadorias. Mas só essas atividades não são suficientes para produzir a vida e mover a sociedade.

A própria origem da palavra "economia" vem de duas palavras gregas: Oikos – que significa casa, lugar; e Nomos – que significa regras, normas. Pela origem da palavra, a economia deve estar a favor da construção de normas e meios para cuidar da casa/do lugar (e das pessoas que lá vivem) e prover o que é necessário. Nesse espaço as mulheres atuam de forma destacada, assumindo todas as tarefas e tudo o que se relaciona à família e suas necessidades humanas, incluindo afetos e cuidados, como também provendo de bens e serviços a sociedade. Então, a economia deveria considerar o trabalho feito pelas mulheres como algo fundamental para o funcionamento da sociedade, não é mesmo? Entretanto, a ideia de que o dinheiro representa papel central na economia organiza a sociedade a partir de uma divisão sexual do trabalho que desvaloriza o trabalho das mulheres.

Por tudo isso, é princípio central da economia feminista a sustentabilidade da vida, o que implica outras formas de produção e consumo e considera que todas as atividades necessárias para a sustentação da vida são parte da economia e propõe que todo o tempo e energia dedicados pelas mulheres sejam considerados tra-

balho. Que este trabalho seja compartilhado entre as pessoas que convivem numa mesma casa, mas também pelas associações e empreendimentos solidários. E mais, que o Estado assuma parte desses trabalhos, garantindo políticas públicas, como creches, postos de saúde, acesso à água limpa.

Assim, podemos dizer que as mulheres vêm propondo novas bases para pensar e construir a economia, orientadas pelas ideias e lutas feministas. Como a economia feminista, a **economia solidária** também se coloca como contraponto ao modo tradicional de gerar bens e riquezas. Afinal, solidária é a qualidade de estar em auxílio mútuo, de partilhar dos mesmos interesses, cada uma sendo responsável pelo todo. Desse modo, amigas, vizinhas ou pessoas com os mesmos objetivos podem se unir em um grupo economicamente solidário. Afinal, a nossa construção é por uma economia feminista e solidária!

A **economia solidária** é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo, baseado na democracia e na cooperação, no que chamamos de autogestão. Ela se baseia no trabalho comum e as decisões são tomadas de forma democrática e horizontal. A riqueza criada por esse trabalho é compartilhada entre todas as pessoas que participam nos empreendimentos, conforme os acordos pactuados. As pessoas entendem o sentido do seu trabalho e buscam nele sua fonte de crescimento, sustento e liberdade.

Alguns princípios norteiam a economia solidária, tais como: a valorização social do trabalho humano, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de intercâmbio respeitoso com a natureza e a cooperação e solidariedade.

Como as mulheres do campo, da floresta e das águas vêm construindo caminhos de fortalecer a autonomia econômica, trabalho e renda?

Primeiramente, afirmando ser preciso construir uma sociedade na qual o trabalho – em todas as suas formas – seja reconhecido e valorizado. No sistema capitalista, essa é uma luta permanente, que começa dentro da própria família e da comunidade, com a reorganização do trabalho doméstico e de cuidados, para que a responsabilidade por este trabalho, seja compartilhada de forma justa entre homens e mulheres. O reconhecimento da importância do trabalho realizado pelas mulheres e a necessidade de compartilhá-lo é o foco da **Campanha pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico** realizada pela Rede feminismo e agroecologia do nordeste. O debate tem sido feito em sindicatos, associações e escolas com vídeo[1], com teatro nas feiras e com a pintura da chamada da campanha em camisetas que convidam a conversa uma a uma.

Outra dimensão fundamental das lutas das mulheres do campo, da floresta e das águas por autonomia econômica se refere à **auto-organização.** Nisso está uma grande potencialidade: promover ações que questionem com radicalidade a organização dessa sociedade capitalista, patriarcal e racista. Por exemplo, romper com a visão machista do direito à terra e da produção rural e disseminar, na sociedade, que as mulheres são sujeitos políticos e sociais com iguais direitos e condições que os homens. As experiências de **organização produtiva, na perspectiva feminista,** a partir de associações, cooperativas e grupos de mulheres que trabalham com produção e beneficiamento de alimentos agroecológicos, artesanato e práticas agroextrativistas são alguns exemplos. Ou mesmo, por meio das práticas de preenchimento das **Cadernetas Agroecológicas**, acompanhadas dos diálogos e trocas com outras companheiras, que têm dado ainda mais força às mulheres para afirmar a importancia do seu trabalho perante os seus maridos, filhos e homens da comunidade, e mesmo frente ao poder público, negociando ações governamentais, como a própria utilização da caderneta como comprovação de sua atividade para a emissão do Cadastro Nacional

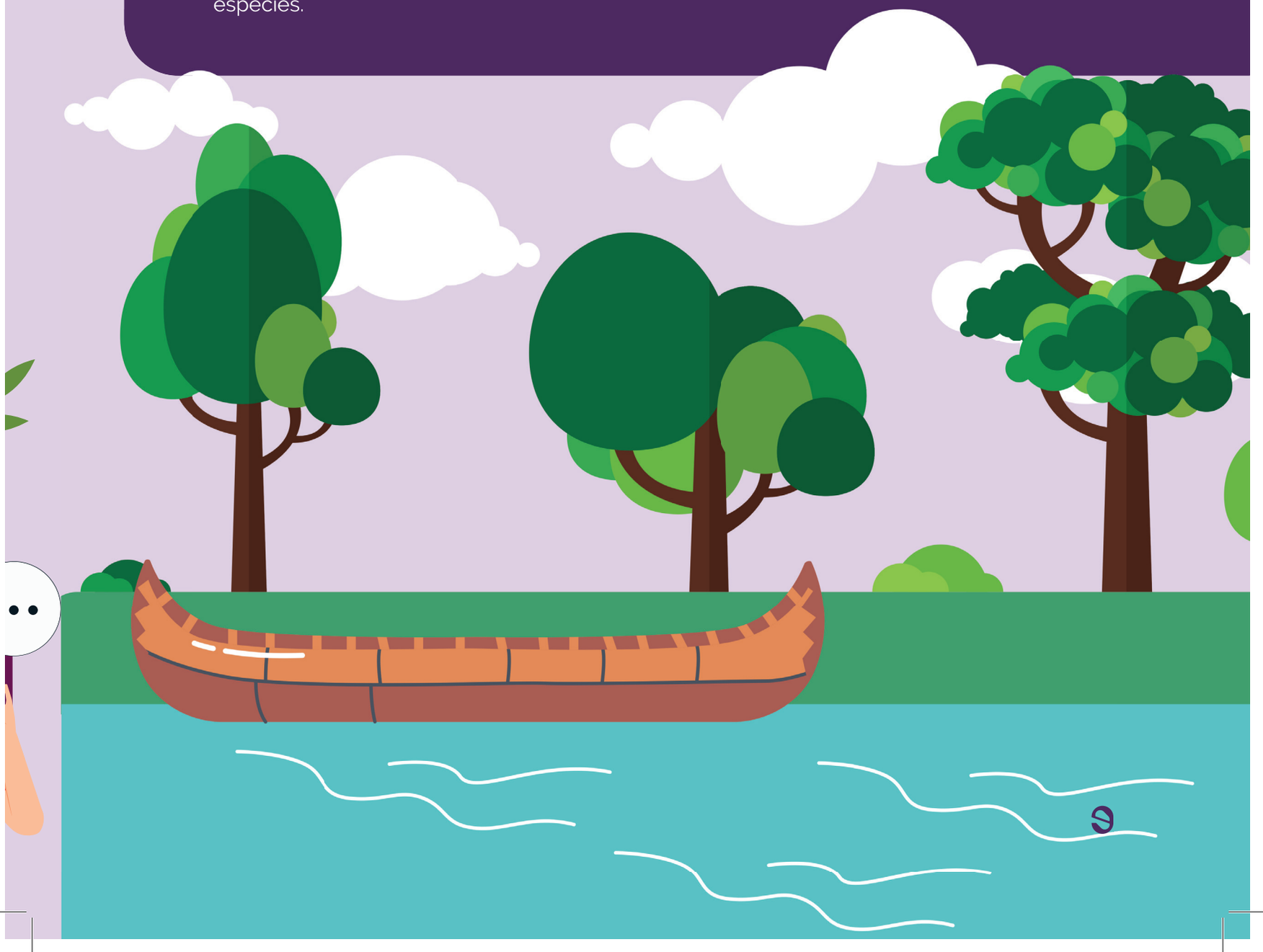
A **auto-organização** das mulheres envolve as formas de organização, mobilização, formação e reunião desenvolvidas em grupos, espaços e movimentos específicos de mulheres ou mistos, em defesa das lutas coletivas. A auto-organização das mulheres é muito mais que a construção de espaços só de mulheres, mas tem a ver com a construção coletiva das mulheres como sujeitos políticos. Tem a ver também com a definição de nossas prioridades, reivindicações e das demandas e estratégias que definimos para obtermos respostas a elas. São nesses espaços que construímos a nossa agenda política

[1] Para ver o vídeo acessar: https://www.youtube.com/watch?v=ov0Ar44SuzA

da Agricultura Familiar (CAF) - que já vem substituindo a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) -, para demandar aposentadoria, ou o direito ao SEGURO-DEFESO, conquistado pelas mulheres pescadoras, que, ainda no Governo Dilma, passaram a ser reconhecidas como beneficiárias especiais da pesca, resultado da sua auto-organização.

E é por meio da auto-organização que as mulheres do campo, da floresta e das águas têm fortalecido suas ações e lutas para reivindicar o acesso à terra, às sementes, à água e políticas diferenciadas de produção e comercialização, além do conjunto de políticas e direitos sociais.

O **seguro-defeso** é um serviço que permite a(o) pescador(a) profissional artesanal solicitar ao INSS o pagamento do benefício de Seguro-Desemprego durante o período de defeso, ou seja, quando fica impedido de pescar em razão da necessidade de preservação das espécies.



PARA DEBATER MAIS...

Como as questões relacionadas à autonomia econômica, inclusão produtiva trabalho e renda são vividas (e sentidas) nos seus territórios?

A partir das reflexões trazidas pelo texto, quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres nesses territórios ?

Quais seriam as propostas para superação desses desafios?

Material bibliográfico consultado:

Departamento Intsersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Dieese. (2023), Nota Técnica 271. São Paulo: 12 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec271salarioMinimo/index.html?page=1

Feijó, Janaína. (2022). Blog da Conjuntura Econômica. Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas (FGV): Rio de Janeiro. Disponível em: https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-cada-vez-mais-importante-para-recuperar-participacao

Fórum Econômico Mundial (FEM). (2022). Global Gender Gap Report 2022: Insight Report. World Economic Forum (WEF): Cologny/Geneva Switzerland, Julho, 2022. https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2022

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e indicadores Sociais: Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf

FICHA TÉCNICA

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Morais Costa

Equipe:
Vilênia Venâncio Porto Aguiar
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira
Camila Guimarães Guedes

Redação dos textos:
Eryka Galindo - Grupo de Pesquisa Food for Justice (Universidade de Heidelberg - Alemanha)

Contribuição ao texto:
Diana Nunes de Oliveira – CONTAR
Miriam Nobre – MMM
Rita Maria Pinheiro – CUT

Contribuição ao debate:
Participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023 (ocorrida entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2023, em Brasília).

Edição final do texto:
Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Revisão final:
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira – CONTAG

Arte de capa:
Ribs

Projeto gráfico e diagramação:
Indi Gouveia

Impressão:
Cidade Gráfica

Tiragem: 10.000

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG
(GESTÃO 2021 – 2025)

Aristides Veras dos Santos
Presidente

Alberto Ercílio Broch
Vice-Presidente

Thaisa Daiane Silva
Secretária Geral

Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças e Administração

Alair Luiz dos Santos
Secretário de Política Agrária

Vânia Marques Pinto
Secretária de Política Agrícola

Sandra Paula Bonetti
Secretária de Meio Ambiente

Edjane Rodrigues Silva
Secretária de Política Sociais

Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação e Organização Sindical

Maria José Morais Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Antonio Oliveira
Secretário de Terceira Idade

APOIO:

REALIZAÇÃO:

PARCEIRAS: